

## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

### ATOS DISPENSA DE LICITAÇÃO

## AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 11/2024 - COM BASE NO ART. № 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Objeto: Aquisição de mobiliário para instalações do novo prédio denominado Centro de Reabilitação e ao prédio Veterinário, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

Categoria: Dispensa de Licitação

Conforme disposições do inciso II e do parágrafo 3º, ambos do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 037/2022, de 18 de agosto de 2022, o Município de Novais faz saber que está em andamento um processo de contratação direta por dispensa de licitação, conforme segue:

#### Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Cabe ressaltar que o valor disposto no art. 75, II da Lei 14.133/2021, fora atualizado pelo Decreto nº 11.817, de 29 de dezembro de 2023, passando a ser R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).

Município de Novais/SP, 27 de junho de 2024. PAULO CESAR DIAS PNHEIRO – Prefeito Municipal. PUBLIQUE-SE.



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

### PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA № 026/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO № 11/2024

O Município de Novais, Inscrito no CNPJ nº 65.711.699/0001-43, com sede administrativa no Paço Municipal, localizado na Rua Antônio Blasques Romeiro, nº 350, Centro, CEP: 15.885-000, na Cidade de Novais, Estado de São Paulo, através de seu Prefeito Municipal, torna público que realizará Contratação direta por dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR VALOR GLOBAL, nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, conforme critérios definidos neste edital, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários estabelecidos a seguir:

Data limite para apresentação da propostas e documentação: 02/07/2024 até as 17:00 horas.

Endereço eletrônico para envio da proposta e documentação:contratos@novais.sp.gov.br

Link do Processo de Dispensa de Licitação: https://www.novais.sp.gov.br/home/dispensa-de-licitacao/aviso-de-dispensa-de-licitacao-11-2024

### 1. Objeto

- **1.1.** Aquisição de mobiliário para instalações do novo prédio denominado Centro de Reabilitação e ao prédio Veterinário, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- **1.2.** Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:
- 1.2.1. ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- **1.2.2.** ANEXO II MODELO PROPOSTA COMERCIAL.
- 1.2.3. ANEXO III MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.

#### 2. Dos recursos orçamentários

**2.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Novais, para exercício de 2024, na classificação abaixo:

02.08 Fundo Municipal de Saúde - 10.301.0012.2023 Manutenção da Atenção Básica em Saúde - 3.3.90.30 Equipamento e Material Permanente - Ficha de Despesa nº 233 - Fonte de Recurso 01 - Tesouro Municipal.

### 3. Do valor estimado

- **3.1.** O valor estimado para contratação será de R\$ 56.849,00 (cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove mil reais).
- 4. Período para envio da documentação de habilitação e proposta de preço/cotação
- **4.1.** A presente <u>Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis,</u> a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados através do **e-mail: contratos@novais.sp.gov.br,** preferencialmente fazendo referência ao <u>número do processo e o número da dispensa.</u>
- 4.1.1. Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 02/07/2024 até as 17:00 horas.



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

### 4.2. Habilitação Jurídica e Fiscal

- **4.2.1.** a) **registro comercial**, para empresa individual; b) ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento; c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- **4.2.2.** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- **4.2.3.** Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- **4.2.4.** Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativas com as **Fazendas Federal, Estadual (Dívida ativa estadual, e débitos tributários não inscritos), Municipal,** da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.
- 4.2.5. Certificado de regularidade de débito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- **4.2.6.** Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho.
- **4.2.7.** Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG).

#### 4.3. Demais Documentos de Habilitação

- **4.3.1.** Prova da **inexistência de fato impeditivo** para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Estado onde tiver sede o particular;
- **4.3.2.** Prova do **enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte,** nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso;
- **4.3.3.** Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento e ao cumprimento do disposto do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo tácita quando omitida.
- **4.3.4.** DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL do Representante Legal da empresa responsável pela assinatura do ajuste, emitida no Sistema do Cadastro Corporativo (CadTCESP), disponível no Portal de Sistemas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, adequado às novas disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

#### 5. Proposta de Preço/Cotação

- **5.1.** A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no ANEXO II MODELO PROPOSTA DE PREÇOS.
- **5.1.1.** As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste termo serão desconsideradas julgando- se pela desclassificação.
- **5.1.2.** O preço ofertado não poderá exceder o valor estimado, constante neste termo de referência, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração, mediante pesquisas prévias de preços e valores de mercado.

### 6. Do pagamento

**6.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, sendo contados a partir da data do efetivo envio da nota fiscal-eletrônica exclusivamente no e-mail: compras@novais.sp.gov.br, ou



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

entregue diretamente na Tesouraria do Município de Novais, referente a entrega do objeto contratual, em ordem cronológica e obedecendo a disponibilização financeira de acordo com os repasses.

- **6.2.** Para realização dos pagamentos, a licitante vencedora deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.
- **6.3.** Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações e Decreto Municipal nº 035/2023, de 09 de agosto de 2023.

### 7. Das disposições gerais

- **7.1.** Poderá o Município revogar o presente processo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- **7.2.** O Município deverá anular o presente processo, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- **7.3.** A anulação do procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- **7.4.** Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Município de Novais/SP, 27 de junho de 2024.

PAULO CESAR DIAS PINHEIRO

Prefeito Municipal



# Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

#### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. Objeto

Aquisição de mobiliário para instalações do novo prédio denominado Centro de Reabilitação e ao prédio Veterinário, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

#### 2. Justificativa da necessidade da contratação

**2.1.** A aquisição do mobiliário se faz necessária para a atender a demanda do novo prédio do Centro de Reabilitação e o prédio designado ao atendimento veterinário, proporcionando uma melhor qualidade nos atendimentos, bem como melhores condições de trabalho aos profissionais das respectivas áreas, atendendo assim as necessidades do município.

### 3. Do fornecimento do objeto

- **3.1.** O prazo de entrega do bem é de 15 (quinze) dias corridos, contados da Autorização de Fornecimento (AF), em remessa única.
- **3.2.** Os mobiliários deverão ser entregues nos locais designados pela Autorização de Fornecimento AF, nesta Cidade de Novais.

### 4. Das quantidades totais requisitadas

**4.1.** As quantidades serão entregues exatamente como tabela abaixo:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO				
		ARMÁRIO BAIXO FECHADO COM 02 PORTAS: Confeccionado em MDP BP 15mm, medindo				
		820x800x380mm, com 01 prateleira interna, bordas retas em pvc maciço, e laterais com borda abs reta,				
01	01	todos na mesma cor do tampo. (garantia de 12 meses)				
		ARMÁRIO DE AÇO 2 PORTAS: de abrir c/ 4 prateleiras, c/ fechadura, confeccionado em chapa de aço				
		n.º 24, soldado na bandeja. Soldagem através dos sistemas de Solda Mig e Solda Ponto Superfície com				
		tratamento químico antiferruginoso e tratamento anti-corrosivo, pintura eletrostática em epóxi pó na				
02	09	cor cinza. Medidas 1980mm de altura x 900mm de largura x 400mm de profundidade. (garantia de 12				
		meses)				
		ARQUIVO DE AÇO COM 04 GAVETAS: Tipo oficio para pastas suspensas, confeccionado em chapa de				
		aço carbono laminada fina a frio SAE 1006/1010 n° 24 (0,60mm), gavetas deslizantes sobre esferas de				
03	02	aço de 1 polegada. Fechadura tipo Yale, tambor cilíndrico cromado, com chaves em duplicata.				
		Superfície com tratamento químico antiferruginoso e tratamento anticorrosivo. Medidas 1335mm de				
		altura x 470mm de largura x 570mm de profundidade. (garantia de 12 meses)				
04	01	BANCADA: Com 01 porta, medindo: 2400mm. (garantia de 12 meses)				
		CADEIRA EMPILHÁVEL SEM BRAÇO: Bit Assento e encosto independentes, injetados em polipropileno				
		100% reciclável. Estrutura fixa empilhável, do tipo 04 pés manufaturada em tubo de aço carbono de				
05	32	secção circular, com diâmetro externo mínimo de 22,22 mm e espessura de parede de, no mínimo, 1,50				
		mm. apresenta tratamento de superfície por meio de pintura a pó. (garantia de 12 meses)				
06	01	<b><u>DIVA CLINICO:</u></b> Diva clinico_esmaltado 1800x600mm com suporte de papel lençol fixo suporta até 85kg.				
		(garantia de 12 meses)				
		ESTAÇÃO DE TRABALHO: Estação de trabalho 1400x1400x740mm – Tampo com confeccionado em				
07	08	MDP BP 15mm, pés confeccionados em aço chapa #20 (0,90mm). (garantia de 12 meses)				
08	01	GABINETE PIA: Gabinete para pia, medindo 2400mm com 03 portas e 04 gavetas. (garantia de 12				
		meses)				
		GAVETEIRO AÉREO 2 GAVETAS: Gaveteiro aéreo 2 gavetas 380x360x220mm - Corpo do Gaveteiro todo				
09	08	confeccionado em MDP BP 15mm com fechadura cilíndrica tipo Yale. (garantia de 12 meses)				
		LONGARINA 3 LUGARES: Longarina ISO 3 lugares, assentos e encostos confeccionados em				
		polipropileno, com as seguintes medidas: assento 490 x 490 mm, encosto 370 x 390, aproximadamente.				
10	01	Base fixa confeccionada em tubo de 30/50 na chapa 12 revestida em banho de ionização por camada				
		de tinta epóxi-pó preto. (garantia de 12 meses)				



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

11	02	MESA PARA IMPRESSORA: Mesa para impressora 600x400mm, tampo confeccionado MDP BP 15mm, sem emendas, borda arredondada em pvc maciço. Pés confeccionados em aço na chapa 22. (garantia
	02	de 12 meses)
		MESA REDONDA: Mesa para reunião redonda800mm de diâmetro sendo tampo confeccionado MDP
12	01	BP 15mm, sem emendas, borda arredondada em pvc maciço. Pé central, confeccionado em aço na
		chapa 22. (garantia de 12 meses)
		POLTRONA GIRATÓRIA: Poltrona gerente giratória Assento e encosto confeccionados em estofado com
		madeira de 18 mm revestida em espuma injetada de densidade 54 kgf/m³ de 50 mm com sistema
		junção tipo lâmina em chapa de aço de alta resistência. Revestida em tecido de alta densidade, com
		costura em formato gomo no sentido detalhado com as seguintes medidas: assento 490 x 440 mm,
		encosto 440 x 490 mm, aproximadamente. Base giratória confeccionada em aço revestida com capa de
13	05	poliuretano, com 05 sapatas com rodízios confeccionados em Poliuretano. (garantia de 12 meses)
		Armário baixo fechado com 01 porta – Confeccionado em MDP BP 15mm, medindo 820x500x500mm,
14	01	com 01 prateleira interna, bordas retas em pvc maciço, e laterais com borda abs reta, todos na mesma
	1	cor do tampo. (garantia de 12 meses)
		Armário Vitrine 02 portas esmaltado com vidro 1600x650x400 pintura eletrostática (pó) com
15	02	tratamento antiferruginoso. (garantia de 12 meses)
		Armário baixo fechado com 04 portas – Confeccionado em MDP BP 15mm, medindo
16	02	820x1600x380mm, com 01 prateleira interna, bordas retas em pvc maciço, e laterais com borda abs
		reta, todos na mesma cor do tampo. (garantia de 12 meses)
		Armário de aço 2 portas de abrir c/ 3 prateleiras, c/ fechadura, confeccionado em chapa de aço n.º 24,
		soldado na bandeja. Soldagem através dos sistemas de Solda Mig e Solda Ponto Superfície com
17	01	tratamento químico antiferruginoso e tratamento anti-corrosivo, pintura eletrostática em epóxi pó na
		cor cinza. Medidas 1750mm de altura x 750mm de largura x 350mm de profundidade. (garantia de 12
		meses)
40		Mesa auxiliar confeccionada em aço inox 800x400x600 tampo e base; com rodízios pretos em PVC
18	02	42mm. (garantia de 12 meses)

### 5. Dos recursos orçamentários

**5.1** As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária prevista no orçamento do Poder executivo, conforme classificação abaixo:

02.08 Fundo Municipal de Saúde — 10.301.0012.2023 Manutenção da Atenção Básica em Saúde — 3.3.90.30 Equipamento e Material Permanente - Ficha de Despesa nº 233 — Fonte de Recurso 01 - Tesouro Municipal.

#### 6. Dos valores estimados

**6.1.** O valor global estimado para contratação será de **R\$ 56.849,00 (cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove mil reais).** 

### 7. Período para envio dos documentos de habilitação proposta de preços

- **7.1.** A presente <u>Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis,</u> a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados através do **e-mail: contratos@novais.sp.gov.br,** preferencialmente fazendo referência ao <u>número do processo e o número da dispensa.</u>
- 7.2. Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 02/07/2024 até as 17:00 horas

#### 7.3. Habilitação Jurídica e Fiscal

**7.3.1.** a) registro comercial, para empresa individual; b) ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento; c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- **7.3.2.** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- **7.3.3.** Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- **7.3.4.** Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativas com as **Fazendas Federal, Estadual, Municipal,** da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.
- **7.3.5.** Certificado de regularidade de débito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- **7.3.6.** Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho.
- **7.3.7.** Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG).

### 7.4. Demais Documentos de Habilitação

- **7.4.1.** Prova da **inexistência de fato impeditivo** para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Estado onde tiver sede o particular;
- **7.4.2.** Prova do **enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte,** nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso;
- **7.4.3.** Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento e ao cumprimento do disposto do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo tácita quando omitida.
- **7.4.4. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL do Representante Legal da empresa responsável pela assinatura do ajuste,** emitida no Sistema do Cadastro Corporativo (CadTCESP), disponível no Portal de Sistemas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, adequado às novas disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

#### 8. Proposta de Preço/Cotação

- **8.1.** A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante neste termo de referência Anexo II.
- **8.1.1.** As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.
- **8.1.2.** O preço ofertado não poderá exceder o valor estimado, constante neste termo de referência, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração, mediante pesquisas prévias de preços e valores de mercado.

#### 9. Da Vigência Contratual

**9.1.** O contrato/nota será de entrega parcelada, devendo ser cumprido fielmente entre as partes os prazos de entrega e pagamento.

#### 10. Do pagamento

**10.1.** O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão da Nota fiscal, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente em nome



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

da empresa contratada, em ordem cronológica e obedecendo a disponibilização financeira de acordo com os repasses.

- **10.2.** Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações e Decreto Municipal nº 035/2023, de 09 de agosto de 2023.
- **10.3.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- **10.4.** É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do Inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

### 11. Obrigações do Contratante

- **11.1.** Supervisionar a execução do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
- **11.2.** Notificar, por escrito e verbalmente, a Contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no objeto contratado, fixando prazo para a sua correção.
- **11.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- **11.4.** Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto.
- **11.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.
- **11.6.** Efetuar o pagamento devido pela perfeita execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- **11.7.** Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste termo de referência.
- **11.8.** Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento.
- **11.9.** Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a Contratada de seus direitos adquiridos.
- 11.10. Rejeitar os produtos em desconformidade com o presente termo de referência.

#### 12. Obrigações da Contratada

- **12.1.** A Contratada responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Contratante e/ou para terceiros, devendo entregar o objeto contratual de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.
- **12.2.** Fica a Contratada responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à entrega do objeto contratual, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

- **12.3.** A Contratada será responsável pela garantia do produto, que será um período de 12 (doze) meses e pelo cumprimento integral deste ajuste, contado a partir data de emissão do Atestado de Recebimento definitivo do objeto.
- **12.4.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, a licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

### 13. Do Vínculo Empregatício

**13.1.** Não se cria, em decorrência do presente contrato, nenhum vínculo empregatício, ou de associação, mandato, agenciamento, consórcio, ou representação entre o Contratante e os funcionários da Contratada.

#### 14. Da Delegação das Responsabilidades

**14.1.** Ficam as partes cientes de que não poderão transmitir ou delegar a terceiros as obrigações, responsabilidades, direitas ou deveres deste contrato.

### 15. Do acompanhamento, execução e fiscalização do contrato

- **15.1.** A fiscalização do presente Contrato será exercida pelo fiscal constante na Autorização de Fornecimento do setor correspondente, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.
- **15.2.** Durante todo o período de vigência deste contrato, a Contratada deverá manter preposto aceito pelo Contratante, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.
- **15.3.** A comunicação entre a fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações.
- **15.4.** O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos.
- **15.5.** Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

#### 16. Das sanções

- **16.1.** Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:
- I dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III dar causa à inexecução total do contrato;
- IV deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **VI** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **VII** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **VIII** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- § 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- § 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.
- § 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- I quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- II quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
- § 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

- § 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- § 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **16.3.** Da Contratada que deixar de manter atualizado o preposto e os seus dados, inclusive email, bem como deixar de responder qualquer notificação no prazo estipulado, sujeitar-se-á a aplicação de multa em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da sua respectiva ata, independente das demais medidas necessárias.



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

#### ANEXO II - MODELO - PROPOSTA COMERCIAL

Ao Município de Novais/SP Rua Antônio Blasques Romeiro, nº 350, Centro Novais/SP

**OBJETO:** Aquisição de mobiliário para instalações do novo prédio denominado Centro de Reabilitação e ao prédio Veterinário, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação da licitante nesta dispensa.

I - IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:	
Razão Social/NOME COMPLETO:	
CNPJ Nº:/	
Inscrição Estadual nº	
Inscrição Municipal nº	
Endereço: Bairro:	
CEP:	
Cidade/Estado:/	
Telefone: () Fax: ()	
Representante legal/ Procurador:	
II - DADOS BANCÁRIOS:	
Banco:	
Agência:	
Conta Corrente:	
III- DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO COI	NTRATO:
Nome completo:	
Cargo:	
CPF nº e RG:	
Endereço Residencial Completo:	
Telefone: ()	



# Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

### IV - PROPOSTA DE PREÇOS:

Ao Município de Novais/SP me proponho a entregar a peça, conforme abaixo descrito, referente a dispensa de licitação sobredita:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
01	01	UNIDADE	ARMÁRIO BAIXO FECHADO COM 02 PORTAS: Confeccionado em MDP BP 15mm, medindo 820x800x380mm, com 01 prateleira interna, bordas retas em pvc maciço, e laterais com borda abs reta, todos na mesma cor do tampo. (garantia de 12 meses)			
02	09	UNIDADE	ARMÁRIO DE AÇO 2 PORTAS: de abrir c/ 4 prateleiras, c/ fechadura, confeccionado em chapa de aço n.º 24, soldado na bandeja. Soldagem através dos sistemas de Solda Mig e Solda Ponto Superfície com tratamento químico antiferruginoso e tratamento anti-corrosivo, pintura eletrostática em epóxi pó na cor cinza. Medidas 1980mm de altura x 900mm de largura x 400mm de profundidade. (garantia de 12 meses)			
03	02	UNIDADE	ARQUIVO DE AÇO COM 04 GAVETAS: Tipo oficio para pastas suspensas, confeccionado em chapa de aço carbono laminada fina a frio SAE 1006/1010 n° 24 (0,60mm), gavetas deslizantes sobre esferas de aço de 1 polegada. Fechadura tipo Yale, tambor cilíndrico cromado, com chaves em duplicata. Superfície com tratamento químico antiferruginoso e tratamento anticorrosivo. Medidas 1335mm de altura x 470mm de largura x 570mm de profundidade. (garantia de 12 meses)			
04	01	UNIDADE	BANCADA: Com 01 porta, medindo: 2400mm. (garantia de 12 meses)			
05	32	UNIDADE	CADEIRA EMPILHÁVEL SEM BRAÇO: Bit Assento e encosto independentes, injetados em polipropileno 100% reciclável. Estrutura fixa empilhável, do tipo 04 pés manufaturada em tubo de aço carbono de secção circular, com diâmetro externo mínimo de 22,22 mm e espessura de parede de, no mínimo, 1,50 mm. apresenta tratamento de superfície por meio de pintura a pó. (garantia de 12 meses)			
06	01	UNIDADE	<u>DIVA CLINICO:</u> Diva clinico_esmaltado 1800x600mm com suporte de papel lençol fixo suporta até 85kg. (garantia de 12 meses)			
07	08	UNIDADE	ESTAÇÃO DE TRABALHO: Estação de trabalho 1400x1400x740mm – Tampo com confeccionado em MDP BP 15mm, pés confeccionados em aço chapa #20 (0,90mm). (garantia de 12 meses)			
08	01	UNIDADE	GABINETE PIA: Gabinete para pia, medindo 2400mm com 03 portas e 04 gavetas. (garantia de 12 meses)			
09	08	UNIDADE	GAVETEIRO AÉREO 2 GAVETAS: Gaveteiro aéreo 2 gavetas 380x360x220mm - Corpo do Gaveteiro todo confeccionado em MDP BP 15mm com fechadura cilíndrica tipo Yale. (garantia de 12 meses)			
10	01	UNIDADE	LONGARINA 3 LUGARES: Longarina ISO 3 lugares, assentos e encostos confeccionados em polipropileno, com as seguintes medidas: assento 490 x 490 mm, encosto 370 x 390, aproximadamente.			



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

		I	Pace five confeccionada em tubo de 20/50 na abasa	
			Base fixa confeccionada em tubo de 30/50 na chapa	
			12 revestida em banho de ionização por camada de	
			tinta epóxi-pó preto. (garantia de 12 meses)	
			MESA PARA IMPRESSORA: Mesa para impressora	
			600x400mm, tampo confeccionado MDP BP 15mm,	
11	02	UNIDADE	sem emendas, borda arredondada em pvc maciço.	
			Pés confeccionados em aço na chapa 22. (garantia de	
			12 meses)	
			MESA REDONDA: Mesa para reunião	
			redonda800mm de diâmetro sendo tampo	
12	01	UNIDADE	confeccionado MDP BP 15mm, sem emendas, borda	
12	01	UNIDADL	arredondada em pvc maciço. Pé central,	
			confeccionado em aço na chapa 22. (garantia de 12	
			meses)	
			POLTRONA GIRATÓRIA: Poltrona gerente giratória	
			Assento e encosto confeccionados em estofado com	
			madeira de 18 mm revestida em espuma injetada de	
			densidade 54 kgf/m³ de 50 mm com sistema junção	
			tipo lâmina em chapa de aço de alta resistência.	
			Revestida em tecido de alta densidade, com costura	
13	05	UNIDADE	em formato gomo no sentido detalhado com as	
			seguintes medidas: assento 490 x 440 mm, encosto	
			440 x 490 mm, aproximadamente. Base giratória	
			confeccionada em aço revestida com capa de	
			poliuretano, com 05 sapatas com rodízios	
			confeccionados em Poliuretano. (garantia de 12	
			meses)	
			Armário baixo fechado com 01 porta –	
			Confeccionado em MDP BP 15mm, medindo	
			820x500x500mm, com 01 prateleira interna, bordas	
14	01	UNIDADE	retas em pvc maciço, e laterais com borda abs reta,	
			todos na mesma cor do tampo. (garantia de 12	
			meses)	
			Armário Vitrine 02 portas esmaltado com vidro	
15	02	UNIDADE	1600x650x400 pintura eletrostática (pó) com	
13	02	UNIDADE	1 1 1	
			tratamento antiferruginoso. (garantia de 12 meses)	
			Armário baixo fechado com 04 portas –	
			Confeccionado em MDP BP 15mm, medindo	
16	02	UNIDADE	820x1600x380mm, com 01 prateleira interna, bordas	
			retas em pvc maciço, e laterais com borda abs reta,	
			todos na mesma cor do tampo. (garantia de 12	
			meses)	
			Armário de aço 2 portas de abrir c/ 3 prateleiras, c/	
			fechadura, confeccionado em chapa de aço n.º 24,	
			soldado na bandeja. Soldagem através dos sistemas	
			de Solda Mig e Solda Ponto Superfície com	
17	01	UNIDADE	tratamento químico antiferruginoso e tratamento	
			anti-corrosivo, pintura eletrostática em epóxi pó na	
			cor cinza. Medidas 1750mm de altura x 750mm de	
			largura x 350mm de profundidade. (garantia de 12	
			meses)	
			Mesa auxiliar confeccionada em aço inox	
18	02	UNIDADE	800x400x600 tampo e base; com rodízios pretos em	
			PVC 42mm. (garantia de 12 meses)	
VALOR	TOTAL:			<u>R\$</u>

Valor Global da Proposta por extenso: ------

<sup>-</sup> Prazo de validade da proposta: --(-----) dias, a contar da data de sua apresentação (não inferior a 60 dias).



# Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

**DECLARO,** nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

**DECLARO** que a empresa participante e vencedora da Licitação é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, de acordo com o artigo 69, da Lei nº 8.666/93.

Local e data. Assinatura do Responsável Legal/CPF e RG Carimbo do CNPJ



Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

#### **ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO № ---/20--, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOVAIS E A EMPRESA ------, TENDO COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO.

1. (	CLÁ	USULA	PRIMEIRA -	DAS PARTES
------	-----	-------	------------	------------

<b>1.1.</b> - São partes contratantes:
1.1.1. De um lado o MUNICÍPIO DE NOVAIS, pessoa jurídica de direito público interno, Inscri
no CNPJ sob nº 65.711.699/0001-43, com Sede Administrativa situada à Rua Antônio Blasqu
Romeiro, n° 350, Centro, na Cidade de Novais, Estado de São Paulo, doravante denominad
simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o(a) Sr.(a)
e do RG nº, portador do CPF nº e do RG nº, de outro lado a empre
, estabelecida à Rua
, nº, Sala e,, CEP:, na Cidade de, Estado de
Telefone: ()/ (), E-mail:, doravan
denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu, o(
Sr.(a) e do RG nº e do RG nº e do RG nº
termos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2022, com destaque para o artigo 72
para o artigo 75, Inciso II e do Decreto Municipal nº 037/2022, de 18 de agosto de 2022, co
respaldo no Processo de Licitação nº/20, Dispensa nº/20 Os contraentes enunciam
seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato conforme cláusulas e condições a segu
descritas:

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

- **2.1.** O objeto do presente instrumento é a Aquisição de mobiliário para instalações do novo prédio denominado Centro de Reabilitação e ao prédio Veterinário, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- **2.2.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 2.2.1. Termo de Referência que embasou a contratação;
- **2.2.2.** O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta, caso existente.
- 2.2.3. A Proposta da Contratada.
- **2.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- **3.2.** As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.08 Fundo Municipal de Saúde — 10.301.0012.2023 Manutenção da Atenção Básica em Saúde — 3.3.90.30 Equipamento e Material Permanente - Ficha de Despesa  $n^{o}$  233 — Fonte de Recurso 01 - Tesouro Municipal.



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

- **3.3.** O pagamento será realizado em até 10(dez) dias úteis, após a emissão da nota fiscal, a ser pago na modalidade de boleto, somente após recebimento do recurso na conta bancária do município, ou seja, apenas após o efetivo êxito dos repasses referente aos recursos federias pleiteado.
- **3.4.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrente da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- **3.4.** Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações e Decreto Municipal nº 035/2023, de 09 de agosto de 2023.
- **3.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- **3.6.** É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do Inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

- **4.1.** A duração do presente contrato será pelo prazo de --(----) meses a contar da data de assinatura, e a encerrar-se em --/---20--.
- **4.2.** O presente Contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante manifestação por escrito e consentimento de ambas as partes, devendo ser mantidas as mesmas condições pactuadas e atos pertinentes juntados ao procedimento licitatório.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

**5.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇAO

**6.1**. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- **8.1.** São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

- 8.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.
- 8.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 8.1.5. Aplicar à Contratada, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.
- 8.1.6. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada.
- 8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- **9.1**. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- **9.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- **9.1.2**. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- **9.1.3**. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- **9.1.4**. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- **9.1.5**. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- **9.1.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.



# Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

- **9.1.7**. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- **9.1.8**. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- **9.1.9.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- **9.1.10**. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.
- **9.1.11**. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- **9.1.12**. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- **9.1.13.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- **9.1.14**. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- **9.1.15**. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- **9.1.16**. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- **9.1.17**. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- **10.1.** O Contratante declara-se ciente e concorda com a Política de Privacidade adotada pela Contratada no que concerne à proteção dos dados (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) -LGPD).
- **10.2.** A Contratada adotará todas as medidas para deixar seus parceiros, colaboradores e clientes também cientes de que a Contratada em decorrência do presente Contrato poderá ter acesso, utilizará, manterá e processará, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pelo Contratante e seus clientes (dados pessoais) exclusivamente para fins específicos de prestação dos Serviços.
- **10.3.** A Contratada poderá coletar dados por em cadastro em site e aplicativo mobile, bem como as informações ativamente fornecidas pelo cliente, como nome, CPF, RG, e-mail, CNH, PIS,



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

telefone, endereço, CTPS, idade, sexo, raça, entre outras informações solicitadas durante seu cadastro e eventual aquisição de produtos por meio deste.

- **10.4.** O titular, proprietário do dado, poderá requerer a exclusão dos dados coletados a seu respeito entrando em contato com dpo-edercarlosdalberto@lgpd.express a qualquer momento e de forma gratuita e simples;
- **10.5.** O titular pode revogar, a qualquer momento, um consentimento cedido anteriormente. e, caso a organização altere informações no decorrer do tratamento dos dados, o mesmo será avisado sobre o conteúdo e poderá revogar o consentimento, caso não concorde com a alteração.
- 10.6. Todos os Dados Pessoais serão guardados na base de dados da Contratada, que estão devidamente de acordo com a legislação de dados vigente. A Contratada e seus fornecedores utilizam vários procedimentos de segurança para proteger a confidencialidade, segurança e integridade de seus Dados Pessoais, prevenindo a ocorrência de eventuais danos em virtude do tratamento desses dados. Segundo o artigo 46 da LGPD, a segurança de dados deve incluir a garantia de que somente as pessoas devidamente autorizadas e fundamentais podem ter acesso aos dados. A lei destaca que esses cuidados devem ser levados em consideração não apenas durante a execução, mas desde a fase de concepção do produto. Isso aproxima a LGPD do conceito de Privacy by Design, em que a privacidade e a segurança de dados são parte integrante do desenvolvimento do produto e não preocupações posteriores. Embora a Contratada utilize medidas de segurança e monitore seu sistema para verificar vulnerabilidades e ataques para proteger seus Dados Pessoais contra divulgação não autorizada, mau uso ou alteração, o Usuário entende e concorda que não há garantias de que as informações não poderão ser acessadas, divulgadas, alteradas ou destruídas por violação de qualquer uma das proteções físicas, técnicas ou administrativas.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

**11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.



# Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

- I) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **12.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c,
- d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
  d) Multa:
- 1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- (1.a). O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **2)** Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- **12.3**. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).
- **12.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- **12.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- **12.6**. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- **12.7**. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- **12.8**. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- **12.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **12.10**. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

**12.11**. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160). **12.12**. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- **13.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- **13.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- **13.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:
- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- **13.4**. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- **13.6.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- **13.6.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- **13.7.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 13.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.7.3. Indenizações e multas.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

- **15.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **15.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

**16.1.** Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

- **17.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Tabapuã, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.
- 17.2. O presente instrumento é lavrado em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Município de Novais/SP, -- de ---- de 20--.

	MUNICÍPIO DE NOVAIS			
	CONTRATANTE			
-	Prefeito(a) Municipal			
	CONTRATADA			
	(Função)			
Testemunhas:				
1ª				
CPF:				
2ª				
CPF:				



Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**



## Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

### TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVAIS
CONTRATADA:
CONTRATO: (Nº DE ORIGEM) Nº/20—
OBJETO: Aquisição de mobiliário para instalações do novo prédio denominado Centro de Reabilitação e ao prédio Veterinário, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*)
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciandose, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA



# Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

		O ORGÃO/ENTIDA					
•							
CPF:							
RESPONSÁVEIS	PELA	HOMOLOGAÇÃO	DO	CERTAME	ΟU	RATIFICAÇÃO	DA
		DE DE LICITAÇÃO:					
•							
CPF:							
Assinatura:							
RESPONSÁVEIS O	QUE ASSI	INARAM O AJUSTE:					
Pelo contratante							
•							
CPF:							
Assinatura:							
Pela contratada:							
•							
CPF:							
Assinatura:							
		AS DA CONTRATAN					
•							
CPF:							
Assinatura:							
GESTOR(ES) DO	CONTRA	TO:					
CPF:							
Accinatura:							



**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):** 

### **MUNICÍPIO DE NOVAIS**

Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

= = · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscal do Contrato	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



# Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

### DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVAIS CNPJ № 65.711.699/0001-43
CONTRATADA:
CONTRATO N°/20
DATA DA ASSINATURA://20
VIGÊNCIA://20 a//20
OBJETO: Aquisição de mobiliário para instalações do novo prédio denominado Centro de Reabilitação e ao prédio Veterinário, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
VALOR R\$).

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de Engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;



# Estado de São Paulo CNPJ: 65.711.699/0001-43

e)	as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.
	Município de Novais/SP, de de 20
	( <b>NOME)</b> Prefeito(a) Municipal – e-mail:@